

Dois anos depois: as marcas da enchente que não passou

Ainda tem muitas obras pela frente e um tanto de traumas do passado

Isaias Rheinheimer

isaias.rheinheimer@gruposinos.com.br

Nicole Goulart

pautadc@gruposinos.com.br

Dois anos depois da maior catástrofe climática da história do Rio Grande do Sul, os sinais do desastre ainda estão por toda parte. Eles não aparecem apenas nas estatísticas ou nos relatórios oficiais, mas seguem visíveis nas paredes marcadas pela lama, nas casas improvisadas, nas estruturas públicas que demoraram a ser recuperadas e, sobretudo, na memória de milhares de moradores que ainda convivem com as consequências daquele período.

Em 2024, as enchentes devastadoras afetaram 478 dos 497 municípios gaúchos, provocando inundações e deslizamentos de terra. Além de um cenário de destruição, a tragédia climática matou mais de 180 pessoas entre os dias 30 de abril e 6 de maio.

Porto Alegre, Canoas, Eldorado do Sul e Roca Sales estiveram entre as cidades mais impactadas, conforme avaliação da Defesa Civil. No entanto, os efeitos da enchente se espalharam por todo o território gaúcho.

Passados dois anos, a reconstrução avança em diferentes ritmos. Enquanto algumas estruturas começam a ser retomadas, outras seguem paradas, e há situações em que a solução ainda sequer saiu do papel. Em comum, o sentimento de que a enchente de 2024 ainda não terminou.

Trauma em Canoas

“Foi uma data bem marcante para mim porque eu saí de casa no dia do meu aniversário, 3 de maio, para ir para o meu filho lá no Harmonia. A gente ia comemorar e só saí com a roupa do corpo. Quando foi 20 horas, o pessoal começou a avisar que a água estava subindo”, relata a autônoma Lúcia Corrêa, 64 anos,

que retornou para a sua casa no bairro Mathias Velho, em Canoas, meses depois da enchente que devastou a cidade.

A casa na Rua Encantado foi atingida pela água e levou meses para a moradora conseguir recuperar o que foi perdido. “A gente foi voltando aos poucos, aí compra uma coisinha ali, compra outra aqui. Hoje eu tenho o básico”, conta.

Lúcia voltou, mas o bairro ainda não é o mesmo. Onde tinha vida, trabalho, convivência e movimento, hoje tem abandono, entulho, marcas d’água e lentidão. A menos de dois quilômetros de distância de sua casa, o Hospital de Pronto Socorro de Canoas (HPSC) segue fechado e com uma previsão de abertura somente em 2027.

A sorte é que o hospital está em obras porque outros prédios importantes seguem sem intervenções, como o Centro Social Urbano Mathias Velho, o quartel do Corpo de Bombeiros e o Colégio Estadual Tereza Francescutti – um perto do outro. Já no bairro Fátima, a Escola Municipal Ledevino Piccinini vive a mesma realidade.

Governo fará balanço

Além de Canoas, outras cidades da região como Novo Hamburgo e São Leopoldo, no Vale do Sinos, São Sebastião do Caí, no Vale do Caí, e Três Coroas, no Paranhana, possuem histórias assim para contar.

O que foi feito até agora e o que está por vir será tema de uma coletiva de imprensa do governo estadual nesta sexta-feira (24). O governador Eduardo Leite, o vice Gabriel Souza e secretários farão um balanço dos dois anos após o desastre climático.



HPSC, de Canoas, só deve voltar em julho do ano que vem

Falta do HPSC afeta mais de cem cidades do Estado

O Mathias Velho concentra quatro de cinco espaços que permanecem sem perspectiva de reabertura no curto e médio prazo, incluindo o Hospital de Pronto Socorro de Canoas (HPSC). As obras iniciadas ainda em dezembro de 2024 estão menos de 10% concluídas.

A falta do hospital prejudica o sistema de saúde regional e do Estado, já que o HPSC é uma referência em casos de emergência para Canoas e mais de cem cidades. “O Pronto Socorro ajudava muito. Nessa crise, eu tive uma tia que ficou doente e fiquei lá no Graças. Só que é muito complicado, é muita gente”, recorda Lúcia.

Bombeiros, centro social e escola

A uma distância de 600 metros do hospital, o 8º Batalhão do Corpo de Bombeiros segue fechado. A reconstrução da sede no endereço na Avenida Rio Grande do Sul, 1830, ainda não possui prazo.

Em agosto de 2025, uma empresa foi contratada pelo batalhão para fazer a sondagem do terreno. A licitação para reconstrução é conduzida pela Prefeitura com apoio do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul (CBMRS). O investimento na reforma, ainda sem prazo, será de R\$ 2 milhões.

No terreno ao lado, está o Centro Social Urbano (CSU) Mathias Velho. O

Na quarta-feira (22), foi feita a audiência do pregão eletrônico para a reforma do segundo andar do hospital. A empresa Avanço Construções LTDA, de Santa Catarina, foi a melhor classificada na disputa. A proposta de R\$ 8,4 milhões aguarda homologação.

As obras estão previstas para durar 12 meses. No entanto, ainda não há previsão de quando serão iniciadas. Após a reestruturação, serão necessários a colocação dos equipamentos e vistoriais. O hospital deve ser entregue em julho de 2027, segundo última previsão dada pelo prefeito Airton Souza.

que um dia foi referência para a prática de esportes e eventos culturais, hoje está abandonado. Não somente isso: entrou na rota do policiamento devido à presença de usuários de drogas.

Mais adiante na avenida, o Colégio Estadual Tereza Francescutti permanece fechado desde maio de 2024. A estrutura está comprometida e deve ser demolida. No mês de março, a Secretaria Estadual de Obras Públicas (SOP) homologou a contratação de uma empresa para fazer a Sondagem Geotécnica (SPT) no terreno do colégio.

“Minha janela é um papelão”, diz moradora

Obras para melhorar o escoamento da água até o Rio dos Sinos ainda não foram totalmente concluídas em Novo Hamburgo. Ações nesse sentido ocorrem nos arroios do município. Mas é a demanda por moradia, especialmente para famílias que residem em áreas de risco próximas ao dique e à casa de bombas do bairro Santo Afonso, o maior dos problemas do município.

A Prefeitura não respondeu quantas famílias foram mapeadas morando em áreas de risco após a enchente ou ainda aguardam uma casa nova. Contudo, basta circular pelos bairros afetados e conversar com os moradores que é possível identificar

inúmeras famílias que estão na expectativa de um sinal do poder público. A aposentada Altair da Silva Almeida, 67 anos, é uma delas. Moradora do Santo Afonso, nas proximidades da Rua Eldorado, Altair conta que ela e filha decidiram permanecer morando na mesma casa que foi uma das centenas de residências devastadas pela enchente.

“Ficamos porque não temos muito dinheiro.”

A aposentada explica que decidiu não reformar a casa, pois as casas vizinhas à sua foram demolidas pela Prefeitura após a enchente. “Só lavei e ficou assim. Uma das minhas janelas caiu na enchente e hoje minha janela é um papelão.”



Altair da Silva



Posto de saúde da Vila Palmeira, no Santo Afonso, em obras

Reforma de posto de saúde levou dois anos para começar

Enquanto moradores afetados pela enchente aguardam moradias, o município avança para resolver outras demandas reprimidas. É o caso do posto de saúde da Vila Palmeira, também no bairro Santo Afonso, que está fechado desde o desastre climático. A unidade de saúde foi uma das tantas repartições públicas que ficaram embaixo d’água por mais de um mês.

A demora para a realização da reforma se deve a dois processos licitatórios problemáticos. Somente após a terceira licitação é que a obra começou a andar, há cerca de duas semanas. Apesar do início da reforma, as marcas de lama ainda estão visíveis nas paredes

da unidade de saúde, mas em breve ficarão no passado.

Na prática, apenas o esqueleto do prédio será mantido, e todo o restante será refeito. Na quinta-feira (23), a empreiteira contratada já havia praticamente removido o piso velho e o gesso do forro da unidade. O investimento é de R\$ 1,2 milhão e a obra deve estar pronta em quatro meses.

A diarista Teresinha Motta, de 57 anos, relata que depois da enchente ficou mais difícil ter acesso à saúde. “A gente teve que ir pra outro lugar, mas lá é complicado, tem que ir de madrugada para conseguir atendimento. Tava na hora (de começar a reforma), demorou”, afirma.

abc+

Mais notícias sobre o assunto em abcm.com.br/enchente